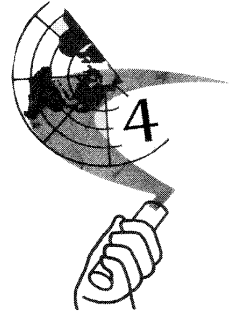


Balanço do 29º Congresso do Sinpeem



Um Congresso marcado pelo eleitoralismo



**Partido
Operário
Revolucionário**



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Índice

Apresentação	3
1. O distracionismo, o eleitoralismo e a despolitização marcaram o 29º Congresso do SINPEEM.....	5
2. Propostas defendidas pela Corrente Proletária da Educação	8
3. A Corrente Proletária na Educação combateu o eleitoralismo empunhando o programa revolucionário da classe operária	13
4. O Quadro de Apoio expressa a precarização das condições de trabalho	21
5. Lançamento da Revista Proletária da Educação nº 8.....	26
6. Conclusões Finais.....	28
7. Anexos.....	30

Apresentação

O 29º Congresso do SINPEEM (Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal- SP) ocorreu entre os dias 16 e 19 de outubro de 2018. Contou com aproximadamente 4000 delegados. O contexto econômico e político presentes no Congresso expressaram os seguintes aspectos: a continuidade da crise econômica mundial, o fim do governo de ditadura civil de Michel Temer/MDB e a polarização na eleição para Presidente da República no segundo turno.

A crise econômica que teve seu início em 2008 completa uma década sem solução. O golpe de Estado desferido sobre o governo de Dilma Rousseff/PT, com a imposição de um governo de ditadura civil, teve como objetivo transferir aos explorados o ônus da crise e atender aos interesses da burguesia imperialista. Serviu para garantir a aplicação das medidas de “ajuste fiscal” exigidas pelo capital financeiro. As reformas impostas pelo governo Temer/MDB como a Trabalhista, do Teto de Gastos e do Ensino Médio (BNCC), assim como, futuramente, a Reforma da Previdência, são exigências do imperialismo para o pagamento da dívida pública. Outros fatores que refletem a crise econômica são o alto índice de desemprego, a precarização dos

serviços públicos (saúde e educação), a desnacionalização e a privatização das poucas empresas públicas que restam sob o controle do capital estrangeiro.

Diante desses ataques dos governos, no início de 2018 os trabalhadores municipais protagonizaram uma das maiores greves de sua história. O eixo da luta era contra a medida imposta pelo prefeito João Doria/PSDB de reforma da previdência municipal (Sampaprev). Foram 17 dias de intensa luta nas ruas, obrigando os vereadores a recuar diante da pressão dos cem mil servidores. No entanto, o projeto não foi retirado da Câmara Municipal, mas apenas adiado. Acabou ficando soterrado pelo processo eleitoral, quando as lutas gerais foram substituídas pelas campanhas dos candidatos à presidência da República e governadores dos estados.

Durante o Congresso, o quadro da disputa eleitoral estava no segundo turno. Os candidatos estavam definidos. De um lado, a ultradireita representada pelo candidato Jair Bolsonaro/PSL com grandes possibilidades de ser eleito. Do outro, a esquerda reformista, representado por Fernando Haddad/PT que arrastou todas as forças de esquerda para o campo das eleições. Presenciamos, assim, a grande polarização entre os dois candidatos, já que o candidato preferencial da burguesia, Geraldo Alckmin/PSDB, teve uma fragorosa derrota no primeiro turno, colocando na disputa as duas forças que não estavam nos planos da burguesia golpista.

É nesse quadro de crise econômica e política e de disputa eleitoral que ocorre o 29º Congresso do SINPEEM. Este deveria servir como instrumento de organização dos trabalhadores da educação contra os ataques dos governos, sejam eles quais forem. No entanto, o resultado alcançado não condiz com a realidade política e econômica. O Plano de Lutas aprovado pelos delegados expressa apenas um lista de reivindicações. Não expressa a independência de classe diante dos ataques promovidos pelos governos.

NOVEMBRO/2018

1. O distracionismo, o eleitoralismo e a despolitização marcaram o 29º Congresso do SINPEEM

O Congresso do SINPEEM de 2018 manteve o formato distracionista já visto nos anos anteriores. Com palestras acadêmicas e de autoajuda e atividades culturais, distanciou os trabalhadores da verdadeira função de um Congresso Sindical: a organização da luta contra os ataques eminentes colocados.

As discussões giraram em torno da eleição presidencial, arrastando os delegados a acreditarem na falácia eleitoral. O PT e grande parte da oposição colocaram-se a favor da candidatura petista de Fernando Haddad, usando essa estratégia como a única forma de combater o “fascismo” representado pelo então candidato do PSL Jair Bolsonaro. Foi aprovada, inclusive, uma resolução indicando voto em Haddad, condenando o voto nulo e terminando com a consigna do #elenao. A Direção Majoritária do Sinpeem, representada pela corrente Compromisso e Luta e liderada por Claudio Fonseca/PPS, tentou demonstrar uma independência em relação às eleições, utilizando o espaço para se colocar a favor da Democracia, do Estado de Direito e aproveitando também para fazer a crítica ao candidato pe-

tista em relação ao Sampaprev. Em nenhum momento foi discutida a eleição do Governo de São Paulo, que tinha na disputa João Dória (PSDB) e Márcio França (PSB). Estratégia muito cômoda para o Vereador Claudio Fonseca, que foi eleito na base do Governo peessedebista.

Todo o formato do Congresso favoreceu à despolitização e dispersão dos delegados. Composto por apenas duas Plenárias para discutir o texto referência, que tinha mais de 180 páginas, o restante do tempo foi utilizado com palestras e atividades culturais. As atividades culturais, inclusive, foram destaque nesse Congresso: o tempo determinado a elas extrapolou em todos os momentos o início das discussões em plenária. Porém, o Presidente do Sindicato fazia questão de terminar a plenária no horário correto, mesmo quando estávamos discutindo aspectos importantes da classe. Dessa forma, ficou evidente o objetivo do Congresso: distanciar cada vez mais a base da luta, para que o Vereador/Presidente do Sinpeem continue negociando nossos direitos no parlamento burguês.

Se de um lado tínhamos o viés do distracionismo e da despolitização, imposto pelo formato do Congresso e colocado pela Direção Majoritária, de outro, tínhamos a grande parte da Oposição interessada somente em angariar votos para o PT. A Corrente Proletária na Educação se opôs a essa dualidade, chamando o Voto Nulo pela construção do Partido Operário Revolucionário. Mostrou em todas as suas intervenções que o método correto para combater a retirada de direito impostos pelas Reformas e às tendências fascitizantes (concretizada com a eleição de Bolsonaro), só poderia ser o da ação direta: greves, bloqueios e ocupações. Colocou a necessidade da formação dos comitês de luta dos explorados, a atuação no terreno próprio do operariado e a retomada da Greve Geral.

Um fato novo nesse Congresso foi a tentativa da proibição de panfletagem. Os segurancas contratados, que já em anos anteriores agiram reprimindo manifestações, nesse ano, estavam orientados por Claudio Fonseca a não per-

mitirem que os agrupamentos entregassem seus panfletos. Uma ação absurda para um Congresso Sindical que já tem o espaço de discussão esmagado pelo seu formato. Essa posição da Direção Majoritária do Sinpeem é mais uma demonstração do quão burocratizado está o Congresso, uma das instâncias mais importantes para as deliberações e organização de luta da classe.

Outro exemplo de desrespeito à democracia operária foi o descumprimento de deliberações de congressos anteriores. A reabertura das subsedes e a reinserção do ponto sindical no texto referência foram aprovadas em 2017. No entanto, não foram implementadas após a aprovação.

A Corrente Proletária na Educação atuou de forma incisiva, fazendo as denúncias necessárias e defendendo um congresso classista, independente e de luta. Apresentou sua tese, manifesto e lançou a sua Revista da Educação n° 8.

Em meio ao paradoxo de um Congresso Sindical que não foi organizado para discutir a conjuntura atual e organizar a categoria para o levante contra a opressão e retirada de direitos, foi aprovado um plano de lutas rebaixado, com bandeiras direcionadas a negociações parlamentares, que colocam os trabalhadores a reboque dos interesses dos patrões.

É necessário romper com essa despolitização imposta pelo SINPEEM. É preciso organizar um congresso que atenda às reivindicações dos trabalhadores, onde a classe consiga pôr em pé a luta contra a retirada de direitos, contra as Reformas, contra a opressão e todos os ataques que virão. É preciso avançar nesse sentido e exigir um Congresso que referende os interesses dos trabalhadores, colocando a luta classista e independente como princípio para a resistência. Para tanto, a Corrente proletária na Educação vem fazendo a discussão com a base, desde a retirada de delegados, explicitando a importância da apresentação das teses, contrapondo-se à tese única, até a discussão feita nas escolas pós-congresso.

2. Propostas defendidas pela Corrente Proletária da Educação

A intervenção da Corrente Proletária nesse congresso se deu desde a aprovação do Regimento, na abertura, bem como nas duas sessões plenárias. De maneira geral, as propostas defendidas pela Corrente Proletária tiveram como essência o combate à burocratização por meio da defesa da democracia operária e da independência do sindicato frente aos governos e partidos burgueses. Para isso, propôs a unidade dos delegados sob a base das reivindicações fundamentais da classe e do método da ação direta.

O Regimento

Com a caracterização de um Congresso festivo e distracionista, onde a maioria dos delegados comparece de forma despolitizada em busca de palestras/painéis, atividades culturais e shows, a Corrente Proletária participou defendendo mudanças no regimento para que o Congresso servisse como instrumento de organização da luta de classes.

Foram destacados por nossa corrente, três pontos do regimento: 1) Em relação à *estrutura do congresso*, nos contrapomos à sua organização por meio de painéis e grupos de interesse; defendemos um congresso organizado

apenas por meio de grupos de debates e sessões plenárias, em que os delegados pudessem discutir amplamente as reivindicações fundamentais da classe e seus método de luta.

Nesta defesa, argumentamos em favor da soberania da classe em uma das principais instâncias de deliberação do sindicato, que é o congresso, onde reúne delegados eleitos pela base em cada uma das unidades escolares. Criticamos duramente o formato de congresso estruturado pela burocracia sindical, que não tem servido para armar os trabalhadores contra os ataques desfechados pelos governos. Pelo contrário, tem apenas favorecido a burocracia, que se vê de mãos livres para continuar impondo sua política de conciliação de classes. A votação demonstrou claramente uma divisão dos delegados, mas a maioria acabou por legitimar o congresso distraconista, defendido pela direção majoritária sob o argumento de que já não era mais possível modificar o seu formato, pois implicaria em cancelar o convite aos palestrantes. Mais um argumento falacioso, já que a organização deveria ser discutida e aprovada em assembleia anteriormente.

2) Em continuidade à defesa da soberania dos delegados, por um congresso regido pela democracia operária, o segundo destaque consistia na defesa das discussões por meio da apresentação de Teses de cada uma das forças políticas em oposição ao Texto Referência. Este consiste única e simplesmente na imposição da política da direção majoritária, abrindo a possibilidade das demais forças oposicionistas apresentarem apenas emendas, de forma bastante limitada. O que, em linhas gerais, impossibilita que se modifique a essência do texto da direção majoritária. Mais uma vez, como nos anos anteriores, a burocracia conseguiu convencer a maioria dos delegados de manter o texto referência com o argumento de que este representa um acúmulo de debates dos últimos congressos. Mais uma mentira! Já que com apenas duas plenárias, os debates têm-se limitado a uma parte do texto da política educa-

cional. Os demais pontos do texto referência, tais como as conjunturas (nacional, estadual e municipal), as políticas funcional, sindical e de políticas permanentes há muitos anos não são objeto de discussão;

3) O terceiro destaque foi a defesa da apresentação de um ponto de finanças que garantisse a prestação de contas pela direção aos delegados, dos gastos com a organização do congresso. Claudio Fonseca, não encaminhou a proposta a votação, alegando que havia acordo com o adendo e que apresentaria ao final do congresso um balanço por escrito dos gastos. Mais uma vez não foi cumprida a deliberação do regimento e o balanço das finanças não foi apresentado aos delegados.

Plenárias

Após a apresentação do resumo das emendas de cada uma das 13 forças políticas presentes, como tem ocorrido todos os anos, a primeira plenária começa com a eleição do ponto em que se iniciariam as discussões e deliberações. O que significa escolher o único ponto a ser discutido nas plenárias. A proposta aprovada foi novamente de iniciar pela discussão da política educacional.

As defesas da Corrente Proletária na Educação se asentaram nas reivindicações vitais da classe, partindo da premissa do que é necessário para os trabalhadores e não do que é possível ser concedido pela burguesia no poder do Estado. O que quer dizer que a defesa da política proletária objetiva revelar o que é necessário para a sobrevivência dos trabalhadores e assim impulsionar a luta pelo fim do sistema capitalista, que é incapaz de oferecer emprego, salário e condições de trabalho a todos.

Contudo, o diferencial desse congresso foi que a maioria das correntes políticas, desde a direção majoritária até a grande maioria das correntes de oposição, centraram suas forças no debate em torno das eleições, de tal forma que estavam dispostos a abrir mão das emendas apresentadas ao texto referência. Diante dessas condições, a Corrente

Proletária na Educação só conseguiu intervir em torno de 4 emendas.

A primeira se referia a concepção de Educação, na qual caracterizamos a crise da educação como reflexo da degeneração do sistema capitalista. Não havendo oposição ao conteúdo, a emenda foi aprovada. O que demonstra que a burocracia já não consegue ludibriar facilmente a categoria que vivencia cotidianamente a precarização cada vez mais profunda das condições de trabalho e ensino.

A segunda intervenção foi de defesa do Salário Mínimo Vital em oposição à defesa do piso do DIEESE. A burocracia não conseguiu sustentar a defesa do piso do DIEESE e acabou propondo um ajuste, que concluiu na aprovação do conteúdo: discussão e aprovação em assembleia do valor do salário necessário para manutenção da vida dos trabalhadores.

As duas últimas emendas defendidas pela Corrente Proletária faziam parte do Plano de Lutas e se referiam à defesa do método da ação direta e da democracia operária.

Na primeira emenda rechaçávamos as mentiras eleitorais, defendendo que só a classe operária dirigindo uma frente única anti-imperialista junto aos demais oprimidos é capaz de enfrentar o desemprego, subemprego, a fome, a miséria e a retirada de direitos, por meio da retomada da greve geral. O conteúdo dessa emenda se chocava com as ilusões na via das eleições burguesas como forma de garantir conquistas aos trabalhadores. O Debate Cutista (Corrente Jornal O Trabalho) se contrapôs a esta emenda na defesa da via eleitoral como campo de disputa dos trabalhadores, apoiando-se no argumento da necessidade de defesa, na conjuntura atual, da candidatura reformista do PT para combater a candidatura “fascista” do PSL. A emenda foi rejeitada em função do clamor ao “Ele não”, o que significa em última instância assimilar as mentiras eleitorais.

A última emenda defendida pela Corrente Proletária, com o intuito de fazer um balanço das lutas da categoria,

denunciava a falácia das mesas de negociação e da pressão parlamentar, demonstrando que só o método da ação direta pode impor derrotas aos governos e consequentemente garantir conquistas aos trabalhadores. O que significa dizer que qualquer outro método na luta de classes deve estar subordinado a ação direta. A emenda foi rejeitada com a defesa contrária da corrente Compromisso e Luta, na figura de Claudio Fonseca, que se contrapôs com uma manobra, alegando que nós recusávamos negociar com o governo no decorrer das lutas, quando na verdade nos opomos pura e simplesmente a substituição ou subordinação dos métodos da ação direta à pressão parlamentar bem como as negociações de bastidores com a categoria desmobilizada.

Sobretudo, como se trata de um Congresso manipulado pela burocracia, poucas emendas puderam ser defendidas e quando defendidas a maioria acaba sendo rejeitada. Isto se deve ao controle burocrático imposto pela direção, que dificulta a intervenção dos delegados desde a redação das emendas limitadas por uma quantidade mínima de caracteres até a sua defesa no plenário, também condicionado há um tempo ínfimo; a despolitização dos delegados, que comparecem ao Congresso sem conhecer o conteúdo político a ser discutido nas plenárias e ao rebaixamento político da intervenção da direção do sindicato, que se utiliza de inverdades para descaracterizar as propostas, confundindo o plenário.

3. A Corrente Proletária na Educação combateu o eleitoralismo empunhando o programa revolucionário da classe operária

O Congresso do SINPEEM desse ano foi marcado pela disputa eleitoral, aconteceu cerca de dez dias antes do segundo turno entre Bolsonaro e Haddad. O candidato direitista do PSL ostentava uma grande diferença em relação ao petista, embora as pesquisas estivessem apontando uma diminuição sensível da distância entre eles. Este aspecto, inclusive, contribuiu para o acirramento da polarização que tomou conta do país. Os bolsonaristas não conseguiam ocultar a apreensão, tanto que já falavam em “não aceitar outro resultado” que não fosse a do seu aspirante à presidente. Declarações como essa, por sua vez, considerando seu viés francamente autoritário, colocavam os reformistas e centristas de todos os matizes de cabelo em pé. O certo é que a campanha erguida pelo PT, de que a candidatura Haddad representava a “luta contra o fascismo”, funcionou muito bem para arrematar os setores de esquerda.

A Corrente Proletária na Educação se colocou como ex-

ceção, defendeu o voto nulo pela construção do partido revolucionário, além de assinalar a importância dos explorados não se deixarem arrastar pela onda eleitoral. Essa posição exigia uma solução prática imediata que era a de erguer os comitês de luta, a partir da base, levantando as bandeiras mais sentidas dos trabalhadores e juventude (principalmente emprego, direitos e salários). Exigia também indicar o método correto para conquistar essas reivindicações, que é método da ação direta (greve, manifestações, ocupações etc.). É claro que o posicionamento pelo voto nulo deixou a Corrente Proletária em isolamento, mas, mesmo assim, não capitulou diante das pressões, manteve sem manchas a sua bandeira. Isso, porque se guiou pelo princípio da independência de classe e pela estratégia revolucionária. As demais organizações de esquerda, ao contrário, seguiram um caminho errante e contraditório, marchando ao sabor dos acontecimentos, concluindo arrastadas pela candidatura burguesa de Haddad.

Essa consideração, que pode parecer, a princípio, um tanto abstrata, compareceu na situação concreta do Congresso do SINPEEM de maneira cristalina. As diversas correntes internas do PSOL e as do PT, a Conspiração Socialista, o PSTU, os independentes/autonomistas e até o setor majoritário do sindicato, a corrente Compromisso e Luta, estiveram, todos eles, embocados debaixo da candidatura Haddad, cada um à sua maneira, mesmo que de forma envergonhada ou escondida. Do ponto de vista prático, inclusive, votaram na mesma resolução, a qual concluía com os seguintes dizeres: “#EleNão, Bolsonaro não, nenhum voto nulo e branco, vote pela democracia!”. Essas consignas foram antecedidas pela exposição das características antidemocráticas do bolsonarismo, que eram do conhecimento de todos, como a ameaça ao ativismo e aos sindicatos. Do outro lado, dizia a resolução, estava a candidatura do “campo democrático”, que representava as “liberdades democráticas”.

Cabe começar por essas explicações. Estava claro, e ainda está, que a candidatura do PSL expressava o reforço

das tendências fascistizantes e ditatoriais da burguesia, de direitização e militarização da política. A vitória do capitão reformado do Exército coroou a trajetória golpista que vinha desde 2016. A destituição de Dilma serviu ao interesse do grande capital, diante da crise econômica, de substituir o PT por um partido orgânico da burguesia. Essa necessidade derivava não do caráter “democrático e popular” do governo petista; e sim, de sua incapacidade em aplicar as medidas de ajuste na profundidade exigida pela conjuntura de desagregação da economia. O PT, inclusive, chegou a aplicar parte do programa ditado pelo imperialismo, com o chamado Plano Levy – referência ao então Ministro da Fazenda, um homem ligado aos bancos, indicado recentemente por Bolsonaro para assumir o comando do BNDES. Dilma chegou a sofrer pesadas críticas por isso, acusada de estelionato eleitoral, afinal, realmente havia prometido manter os direitos dos trabalhadores, os quais passaram a ser ameaçados pelas Medidas Provisórias impostas por Joaquim Levy.

Em outras palavras, mesmo que o PT tivesse demonstrado seu servilismo ao grande capital, não era capaz de cortar tão fundo na carne dos explorados, como queria e continua querendo o capital financeiro. Pesava o fato de não ser um partido orgânico da burguesia, seus laços com os sindicatos e outros aspectos atuavam como fatores limitadores. Cibia substituir o PT por uma força abertamente entreguista e pró-imperialista, sem qualquer liame com as massas, capaz de aplicar as medidas antinacionais e antipopulares até o fim. Formou-se, então, uma ampla frente burguesa para destituir Dilma, o que de fato ocorreu, dando lugar a um governo de ditadura civil, encabeçado por Michel Temer. Este demonstrou na prática o conteúdo do golpe, aprovando várias reformas reacionárias, como a reforma do ensino médio, a lei da terceirização e a reforma trabalhista. Só não conseguiu, ainda, aprovar a principal das medidas de ataque sobre os assalariados, que é a reforma previdenciária, devido às dissensões no seio da pró-

pria classe dominante.

Nessa trajetória, os trabalhadores demonstraram uma enorme disposição de luta, cujo ápice foi a deflagração da greve geral em 28 de abril de 2017. A presença massiva do proletariado despontava como uma via, na verdade a única via, pela qual a espinha dorsal do golpe poderia ser quebrada. A greve do Sinpeem, no primeiro semestre de 2018, também compareceu como evidência clara da tendência instintiva de enfrentamento dos oprimidos. Essas iniciativas, no entanto, foram isoladas, desmontadas e finalmente desviadas para o campo do eleitoralismo. Dias depois da greve geral, já no Primeiro de Maio de 2017, as burocracias sindicais já atuaram no sentido de dividir e dispersar o movimento. Ao invés de unificar as lutas, jogou o papel contrário. O PT e demais organizações do dito campo progressista, que é, certamente, bastante heterogêneo, trabalharam com afinco para recompor a confiança das massas nas instituições burguesas, buscando converter a tendência de radicalização em votos.

Enquanto isso, a burguesia articulava sua candidatura para 2018, a qual, pela lógica das últimas eleições e pela participação que teve no impeachment da Dilma, deveria ser peessedebista. Depois de algumas contendidas em seu interior, envolvendo o então prefeito João Doria, o PSDB acabou escolhendo o paulista Geraldo Alckmin. Contudo, o boicote à candidatura Alckmin, somado aos efeitos colaterais do próprio golpe, como a ampliação das tendências ditatoriais e fascizantes, das quais a intervenção federal sobre o Rio de Janeiro e o assassinato de Marielle Franco foram marcos importantes, entre outros fatores, acabaram por impulsionar a candidatura do inexpressivo Jair Bolsonaro. A ascensão deste, portanto, compareceu como uma espécie de acidente de percurso. O favorito da burguesia era Alckmin, mas a candidatura deste não decolou. Faz parte desse percurso a prisão arbitrária de Lula, o qual se mantinha isolado em primeiro lugar em todas as pesquisas de intenção de voto.

Bolsonaro capitalizou, assim, uma enorme insatisfação

com o governo, se apoiando inicialmente na classe média abastada, que saiu às ruas em 2016 vestida de verde e amarelo. A burguesia, percebendo a impossibilidade de Alckmin fazer frente ao petismo nas urnas, passou a potenciar o raquítico PSL. O cálculo dos reformistas, do outro lado, se baseava no enorme capital político que o caudilho Lula carregava consigo. Acreditavam na possibilidade deste voltar à presidência, ou mesmo transferir seus votos a quem quer que fosse, como fez com Dilma, o que representaria, em qualquer um dos casos, a imposição de uma derrota ao movimento golpista. Esta tese foi suportada não só pelo próprio PT, mas por seus aliados naturais, como o PCdoB, e também pelos apêndices de última hora, como o PCO.

Todavia, para o plano dos petistas funcionar era necessário recolher o máximo possível de votos. Estavam frescos na memória desse setor pelo menos dois eventos importantes: o desgaste sofrido com o impeachment e, antes disso, a vitória apertada em 2014 sobre Aécio Neves. Ou seja, sabia-se de antemão que a votação seria acirrada. Os petistas diziam que se tratava de começar pela “recomposição das bases” do próprio partido. Em outras palavras, a tarefa era reconquistar aqueles que haviam se deslocado para fora da sua esfera de influência. Daí a importância de começar a juntar os votos de quem tinha sido ganho por outras organizações do “campo progressista”, sendo que aí estavam incluídos desde os pedetistas do oligarca Ciro Gomes até os anarquistas. A avaliação, nesse sentido, era de que, antes de pensar em arrancar votos do outro lado, cabia começar pelos setores mais suscetíveis ao discurso de esquerda, afinal, a intolerância do bolsonarismo tornava-o mais impermeável, especialmente pela influência das igrejas, que impunham um bloqueio ideológico realmente difícil de furar. Assim, estava na ordem do dia arranjar um elemento tático que fosse plausível, que fosse suficientemente convincente para arrastar os votos da esquerda. E o elemento ideológico encontrado para dar liga a essa maçaroca de tendências foi o medo.

O risco do “fascismo” se converteu no espantinho que o petismo necessitava para justificar o chamado de “unidade ampla de esquerda”. Acontece que não estava na ordem do dia, para a burguesia, a utilização da última cartada, que é como se deve caracterizar o fascismo. Não se pode chamar de fascista qualquer força política à direita, é preciso tomar o devido cuidado com os conceitos. E não se trata de um problema semântico ou meramente acadêmico. As caracterizações políticas condicionam a tática, isto é, têm consequências práticas. O fascismo significa a aplicação dos métodos da guerra civil para assegurar a manutenção da ordem burguesa. Daí que, para os capitalistas, lançar mão do fascismo equivaleria a se arriscar prematuramente – o que não quer dizer que essa solução radical esteja descartada no horizonte. Com o agravamento da crise econômica, pode-se vislumbrar um acirramento da luta de classes e, então, é possível que a burguesia se veja na contingência de empregar a tal “última cartada”. Tem se preparado para isso, inclusive, reforçando o aparato repressivo, as tendências ditatoriais e as próprias tendências fascizantes, o que, sem dúvida, é muito grave.

O fundamental estava, no entanto, em que o elemento da luta de classes se encontrava sob controle. Não havia sinais de abertura imediata de uma situação revolucionária ou pré-revolucionária. E o PT atuava justamente como fiador dessa tranquilidade, dirigindo docilmente a CUT, sindicatos, o MST e a UNE (ao lado do PCdoB). O fato de não poder praticar mais, enquanto era governo, a conciliação entre as classes, dado que a debacle econômica solapou as condições materiais para isso, não significou o abandono da política de conciliação de classes. Muito pelo contrário, o percurso mais recente do petismo, da aceitação do impeachment até a prisão de Lula, revelou a enorme disposição de se erguer como oposição burguesa, totalmente adaptada às regras impostas pelos próprios golpistas. Durante o próprio processo eleitoral, foi abrindo mão de seu tímido programa, como fez em relação à Constituinte, à questão

do aborto etc. A via da legalidade e da institucionalidade revelou a sua impotência. Não fosse assim, Haddad não teria conseguido arrematar setores como o de Marina Silva e Alckmin no segundo turno. O inofensivo PT chegou a receber apoio de Fernando Henrique Cardoso contra o aventureiro Bolsonaro. Não por acaso, veio à tona a Carta aos Brasileiros, assinada por Lula quando da sua primeira vitória para a presidência.

Diante de tamanha submissão, e considerando que o PT ainda dirige as maiores organizações de massas, está claro que não estava colocada a solução do fascismo. É evidente também que, por outro lado, levando em conta o fator surpresa na política, não era possível descartar a hipótese do acidente de percurso chamado Bolsonaro acelerar perigosamente o processo nessa direção, em que pese o fato dessa opção contrariar os interesses gerais de classe da burguesia para o momento. Essa questão, inclusive, ainda não está totalmente equacionada, mesmo após consolidada a vitória do candidato do PSL. A conformação do governo que assumirá em 2019 envolve vários elementos de incerteza. Afinal, quais características adotará, qual será a sua capacidade de centralização das forças burguesas e qual é a possibilidade real de que consiga abrir mão do dito “presidencialismo de coalizão”? Essas e outras indagações dependem do desenvolvimento das disputas interburguesas e da relação do novo governo com as massas num quadro de inevitável quebra de ordem econômica. As previsões para 2019 e 2020, nesse sentido, são desalentadoras.

Deixando de lado os prognósticos por enquanto, o que cabe é sublinhar, novamente, quão engenhosa foi a utilização do “perigo fascista” pelo petismo. A farsa veio à tona logo após o anúncio do resultado das urnas. Haddad se encarregou de “twittar” desejando “sucesso” ao novo governo. A mensagem, inclusive, causou muito mal-estar nas próprias hordas reformistas. Ora, como é possível caracterizar alguém como “fascista” num dia e, no dia seguinte, desejar-lo “sucesso”? Outra evidência é que os comitês eleitorais, que ar-

rastaram uma legião de militantes e não-militantes na caça aos votos, já estavam desmantelados na segunda-feira pós-eleição. Hoje, a utilização do termo “fascista” para se referir a Bolsonaro ganhou, na boca dos reformistas, a conotação de um cacoete – não que ele, individualmente, não seja realmente um fascista; o que se questiona é se ele poderia constituir um governo fascista, se estavam dadas as condições para isso, ou seja, se era um perigo real imediato. Daí o profundo erro das esquerdas de terem se colocado debaixo das asas de Haddad. Longe de expressar uma candidatura “antifascista”, o que se verifica pelo relato anterior é que o PT cimentou o caminho para a ascensão da direita fascistizante, principalmente por ter atuado conscientemente para desmantelar o movimento da greve geral de abril de 2017, canalizando a insatisfação popular para as urnas. Ali foi dada a pancada que desnorteou a única força política capaz de quebrar a espinha dorsal do golpismo e esmagar no nascedouro as tendências direitistas, que era a classe operária.

A Corrente Proletária na Educação e o Partido Operário Revolucionário firmaram sua posição de voto nulo assentados nessa certeza. Não se tratava do voto nulo despolitizado ou em si mesmo, que seria também eleitoreiro. Não. O que estava em questão era não cair na armadilha montada pelo petismo de defesa da “democracia” em abstrato, que significa, na prática, se colocar pela sustentação da ditadura de classe da burguesia. O que estava colocado era seguir traçando um caminho de independência de classe e lutar pela constituição dos comitês de luta, por onde poderia se manifestar novamente o instinto de revolta dos oprimidos. A defesa da Corrente Proletária era e continua sendo a de retomar a greve geral, de unificar os explorados numa poderosa frente única anti-imperialista. O isolamento experimentado no período eleitoral, nesse sentido, se converte agora em uma fortaleza, na medida em que pode apresentar uma bandeira sem mácula. É com essa bandeira, a bandeira vermelha do comunismo, do marxismo-leninismo-trotskyismo, que a Corrente Proletária na Educação segue em frente.

4. O Quadro de Apoio expressa a precarização das condições de trabalho

A participação do Quadro de apoio nos Congressos do SINPEEM tem diminuído muito nos últimos anos. São vários os motivos. Um deles é a despolitização que mantém a maioria dos trabalhadores à margem da vida sindical em geral. Outro motivo decorrente da despolitização é que uma parcela se sujeita às ordens dos gestores reacionários. Ficam nas escolas suprindo a falta de professores e funcionários. Isso é notável quando há a eleição de delegados nas escolas e os gestores tentam comandar o processo impedindo a participação do Quadro de Apoio. O terceiro motivo e o mais importante é que dezenas de trabalhadores ficam à margem das deliberações congressuais em função do corporativismo em torno das reivindicações docentes (setor predominante no sindicato). Nesse sentido, as reivindicações do Quadro de Apoio ficam em segundo plano.

Dos poucos ATEs que participaram do congresso, uma parcela é antiga e tem alguma ligação ou ilusão na política parlamentar, desenvolvida pela Corrente Compromisso e Luta. O restante é composto por uma minoria de jovens, recém chegados nas escolas, e que participa

ram da luta contra o Sampaprev nesse ano. Esperavam no Congresso poder discutir os problemas do cotidiano escolar, como os salários baixos, o desvio de função, a jornada exaustiva, o plano de carreira deformado, a perseguição dos diretores etc. Porém, logo viram que nada disso pôde ser debatido. A dinâmica imposta pela direção burocrática não permitiu grandes debates, pois o tempo foi restrito. Assim, essa camada percebeu que estava alijada do debate geral da educação. O tema Funcional sequer foi ao debate no plenário.

O concreto é que a burocracia, para escamotear esse controle burocrático, responsável pelo afastamento de muitos trabalhadores, tem “presenteado” os congressistas com debates distracionistas. Os palestrantes, contratados pelo setor majoritário, são verdadeiros mercenários. As palestras acabam virando palco de autoajuda e servindo de desabafo ao setor mais descontente e explorado.

Nesse ano, o atrito do público com os palestrantes e a burocracia sindical ficou visível na sala reservada para os ATEs. O tema “O fazer pedagógico do agente escolar e do ATE, enquanto profissionais de educação” ficou focado apenas na “capacitação dos profissionais” para trabalhar com as crianças. Em nenhum momento foi tratado sobre a desvalorização contínua destes, imposta por todos os governos que mantêm um piso e salários miseráveis. A indignação foi maior quando uma palestrante perguntou qual o significado de ATE.

Os profissionais presentes, ligados ao Movimento de Oposição, levantaram os problemas das escolas e pediram encaminhamento ao plenário das reivindicações: reajuste salarial, fim do desvio de função, redução da jornada, etc. A burocracia imediatamente saiu pela tangente afirmando que elas fazem parte da lista geral entregue no começo do ano ao governo. Depois encerrou o assunto. Como sempre os serviços da burocracia não encaminham nenhuma proposta à plenária geral porque as palestras não tem caráter deliberativo, propositadamente.

Essa forma burocrática e corporativa de tratar os problemas só existe porque a direção majoritária do Sinpeem não se propõe a unificar e mobilizar o conjunto da classe para lutar com o método próprio dos oprimidos (greves e ocupações) por qualquer reivindicação. A principal deveria ser a defesa de um piso vital, o mínimo necessário para uma família viver. Dizemos principal bandeira de qualquer sindicato, porque quanto menor o valor do salário maior o grau de exploração dos trabalhadores.

Por isso, a Corrente Proletária defende que esse valor deve ser calculado pelos próprios trabalhadores em suas assembleias. Expressa uma necessidade social e que só é possível desde que haja um movimento coletivo, nacional e no terreno próprio da luta de classes. Ocorre que a burocracia sempre procura alimentar a ilusão em torno do que é possível ser concedido pelo estado burguês e não do que é necessário à sobrevivência. Joga para o parlamento a decisão do valor do salário. Ou seja, submete a luta do sindicato e a vida dos trabalhadores à política do Governo e dos empresários que saqueiam constantemente os cofres públicos.

Não é à toa que a burocracia sindical reivindica valores rebaixados anualmente para o piso salarial e elabora Projetos de Leis para barganhar com os vereadores. No final, depois de manifestações e pressões à Câmara e aos parlamentares, acaba aceitando as migalhas parceladas na forma de gratificações, resultando em uma luta limitada. Com isso as perdas salariais vão acumulando e a Prefeitura oferece o mísero índice de 0,01% de reajuste.

A Corrente Proletária, enquanto Oposição Minoritária dentro da diretoria do SINPEEM, tem desenvolvido um trabalho de base nas escolas junto aos trabalhadores do Quadro de Apoio. Ao organizar as emendas ao texto referência procurou compreender os problemas mais sentidos desse setor a partir do debate feito com os funcionários de escolas e do grupo do Avança QA, coletando assinaturas de apoio .

O Avança QA tem tentado se organizar e se tornou mais visível a partir da greve contra o Sampaprev. Este grupo reúne trabalhadores que querem lutar por algumas reivindicações, como aumento salarial, redução da jornada para J30, revisão do plano de carreira, fim da terceirização e abertura de concursos. Mas mantém a contradição de acreditar no método da pressão parlamentar, desenvolvida por alguns vereadores no campo da esquerda reformista, tanto do PT como do PSOL.

A Corrente Proletária tem insistido na ideia de que é preciso organizar os trabalhadores a partir das escolas para lutar por suas reivindicações com o método oposto às ilusões parlamentares e com independência de classe. Tem mostrado que o eixo da luta não é Plano de Carreira ou remendos a ele, como sempre faz o presidente do sindicato, que é parlamentar do PPS, eleito em coligação com a direita burguesa, Dória/PSDB.

Defendemos que as reivindicações são parte da luta geral contra as Reformas dos governos burgueses. A classe vivenciou essa experiência no primeiro semestre quando desenvolveu a greve contra o Sampaprev. E agora deverá retornar com mais força, fazendo uma aliança com os demais setores do funcionalismo nacionalmente, se quiser barrar a Reforma da Previdência imposta por Temer/Bolsonaro e aliados Dória/Bruno Covas.

A experiência tem mostrado que não há outro caminho a não ser o da luta direta nas ruas. Enquanto nas reuniões do Avança QA e nas escolas os trabalhadores ficaram discutindo plano de carreira, o PL do vereador Cláudio Fonseca e as eleições, os governos se prepararam para impor as reformas destruidoras dos direitos e dos salários. Isso obrigou todos abandonarem esse estudo distractionista do Plano de Carreira e retomarem a luta contra o Sampaprev, a Escola sem Partido e as demais reformas do governo federal.

É preciso formar uma direção revolucionária para poder tirar a classe da despolitização. Que o estudo dos

problemas cotidianos relacionando-os à economia geral é fundamental. Contudo, somente o marxismo consegue fazer isso com clareza.

Por isso, no Congresso, não nos submetemos às pressões da Frente eleitoral de apoio ao Haddad e à resolução aprovada em favor da sua candidatura. Justamente porque o seu conteúdo é burguês e pacifista.

A Corrente tem insistido na luta anticapitalista e anti-imperialista, única via de realizar o combate com independência de classe. Tem chamado todos os lutadores a formar frações revolucionárias para impulsionar os verdadeiros comitês de luta nos bairros e nos sindicatos contra a onda fascistizante.

5. Revista Proletária da Educação nº 8

No último dia do Congresso, fizemos o lançamento da revista *Proletária da Educação*, nº 8. A revista foi elaborada pelo POR para responder aos graves problemas educacionais brasileiros que não conseguem ser resolvidos: o semianalfabetismo, o embrutecimento intelectual de uma ampla camada da população, as Reformas Educacionais (BNCC), o projeto Escola sem Partido, a Escola de Tempo Integral, a falta de professores e de vagas na rede pública desde as creches até a Universidade.

O congresso do Sinpeem não pôde analisar e debater as causas de destruição da educação pública promovida pela burguesia, por conta de sua direção burocrática e reformista PPS/PT, empenhada na política de pressão parlamentar e de colaboração de classes.

A privatização da educação, bem como de outros serviços públicos e a entrega da riqueza nacional são exigências dos países imperialistas que necessitam avançar o controle sobre as economias semicoloniais para amenizar a crise econômica mundial. O reformismo da direção burocrática do sindicato, juntamente com o das demais entidades ligadas à educação e Centrais Sindicais, tem sido incapaz de combater o avanço das reformas burguesas das últimas décadas, ora porque se limitam a pressionar o Parlamento burguês através de deputados e vereadores, ditos de Oposição, ora por fazer durante duas déca-

das apoio propositivo às políticas dos partidos aliados quando estão no poder, e que aplicam também as reformas pró- imperialistas em menor intensidade.

Concretamente, os assalariados querem solução aos graves problemas. E por falta de consciência de classe e de um partido revolucionário solidamente construído, acabaram sendo arrasados pelas promessas eleitorais, obscurantistas, antipetista e anticomunista.

Com isso, Temer e o futuro governo do ultradireitista Bolsonaro estão prontos para implantar as reformas impostas pelo imperialismo. Na educação, mais cortes de gastos com a reforma do Ensino Médio, com o CIS, OS, com a Escola Integral, entre outros. A BNCC da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Médio privatizará a educação, elevando o número de professores sem emprego. O projeto Escola sem partido é uma clara intenção dos governos em querer calar a boca dos que lutam contra a opressão de classe.

É um dever dos lutadores se debruçarem sobre a análise dos problemas provocados pela economia capitalista em decomposição. A escola é um reflexo dessa economia decomposta. A revista, nesse sentido, cumpre um papel importante de armar a vanguarda com a política do proletariado para combater os capitalistas e suas reformas.

No lançamento da revista, fizemos um debate sobre a necessidade de combater as reformas e os projetos que retiram direitos. Levantamos os problemas do município, local onde atuamos, e mostramos que são consequência da economia geral nacional e internacional. Elencamos os principais pontos da revista com os simpatizantes da corrente Proletária/POR, para debater e analisar a realidade com o método científico, pois precisamos aprimorar o conhecimento sobre a realidade que atuamos para poder transformá-la.

Concluimos chamando a vanguarda proletária, os lutadores em geral a se organizar com a política proletária, num partido revolucionário para enfrentar as reformas burguesas pró- imperialistas, construindo as frações revolucionarias em todo local de trabalho.

6. Conclusões Finais

Na atuação dos militantes da Corrente Proletária na Educação neste Congresso foi possível extrair as seguintes conclusões:

1. O eleitoralismo que tomou conta de todo o Congresso é expressão da crise de direção revolucionária que permeia as diversas correntes políticas. Isso está em consonância com a ausência de um programa marxista-leninista-trotskyista, que expressa a luta do proletariado contra a burguesia nacional e imperialista em sua fase de decomposição do capitalismo. O programa defendido pela Corrente Proletária no seio da pequena burguesia é o da luta pelas reivindicações vitais dos explorados vinculadas à destruição da sociedade capitalista pela revolução. É a defesa do método da ação direta (greves, manifestações de rua, piquetes e ocupações), com a estratégia do governo operário e camponês.
2. A burocratização dos sindicatos na fase de degeneração do capitalismo exige a luta persistente pela democracia operária. Os organismos dos explorados estão tomados pela política de conciliação de classes. Nesse momento de intensa direitização das relações políticas é preciso que a classe tome para si o controle dos sindicatos e expulse as direções pelegas de seu interior. Os sindi-

catos não podem mais ser correia de transmissão dos interesses da política burguesa. O abandono da direção burocrática das deliberações dos congressos é sinal de que não atende mais aos interesses dos trabalhadores. É preciso, urgentemente, constituir uma direção revolucionária no Sinpeem.

3. O Congresso expressou a política burguesa em seu formato. As palestras e os shows são elementos da política burguesa no interior do sindicato. Não cabe em um momento de aguda polarização política, onde a ultradireita ganha terreno, ludibriar os delegados com elementos distracionistas que obstaculizem sua elevação política.
4. O Plano de Lutas aprovado não representa os anseios dos trabalhadores em educação. Tanto a direção majoritária, quanto a correntes que se reivindicam da Oposição, são responsáveis pelas propostas eleitoreiras contidas neste plano. Não servirá para armar a classe para os ataques dos governos. Muito menos para resistir aos ataques do governo de viés fascizante que foi eleito. É preciso um Plano de Lutas que vincule a luta pelas reivindicações elementares da classe com a luta pela destruição do capitalismo.
5. A Corrente Proletária na Educação atuou nesse Congresso com o programa da classe operária. Defendeu o voto nulo pela construção do Partido Operário Revolucionário. Ficou isolado das demais correntes reformistas e centristas. Não recuou diante das pressões. Expressou sua política através de sua tese ao congresso, dos manifestos sobre a eleição à Presidente da República. Conscientes de que a política marxista é seu guia, seus militantes não recuaram um milímetro da sua posição de que é preciso construir o Partido Operário Revolucionário. Enquanto os partidos eleitoreiros chafurdaram na lama do eleitoralismo, o POR/Corrente Proletária saiu intacto do jogo político da burguesia. Essa é a maior lição que podemos assimilar na luta contra o reformismo e o centrismo.

7. Anexos

Abaixo reproduzimos os materiais distribuídos pela Corrente Proletária na Educação durante o 29º Congresso do Sinpeem. O leitor encontrará nos anexos nossa Tese, que se constitui da análise das conjunturas internacional, nacional e estadual; os manifestos distribuídos para o segundo turno das eleições: “ Declaração do POR, de 10 de outubro” e “A luta proletária contra a ascensão da direita fascistizante, de 16 de outubro”.

Tese da Corrente Proletária na Educação

O 29º Congresso do SINPEEM acontece em meio a um processo eleitoral que tem expressado a direitização da política burguesa, encarnada na candidatura de Bolsonaro. A possibilidade de que saia vitoriosa é grande. O que exige dos trabalhadores em educação, bem como do movimento operário, popular e estudantil se prepararem desde já para enfrentar o novo governo com os métodos da luta de classes, com as reivindicações e a estratégia própria de poder da classe operária. Está colocada a luta do proletariado e dos demais explorados contra o avanço das tendências fascizantes.

No caso mais improvável de vitória de Haddad, também devemos nos preparar desde já, porque se valerá da polí-

tica de conciliação de classes para impor medidas antipopulares e antinacionais. O candidato petista já fez sinal nesse sentido, procurando se aproximar de setores burgueses e dos militares, e anunciou que fará a reforma da previdência. A constituição de uma frente ampla em torno a Haddad tão somente intensifica as ilusões eleitorais e democráticas na possibilidade de um governo petista.

Os delegados presentes nesse congresso precisam enfrentar essas tarefas fundamentais e, para isso, têm de ser firmes na defesa de um congresso classista e realmente democrático. Não podem admitir que uma das principais instâncias de deliberação da categoria se converta, como tem ocorrido há muitos anos, em um evento acadêmico e festivo, que caracterizamos como distracionista, justamente por não cumprir o seu papel principal, que é o de armar os trabalhadores politicamente contra a ofensiva da classe dominante e dos governos.

A Corrente Proletária na Educação faz um chamado aos delegados para que votem nas resoluções de luta, em defesa da educação pública e contra os ataques dos governos e burguesia sobre os trabalhadores!

Conjuntura Internacional

AVANÇA A BARBÁRIE CAPITALISTA SOBRE OS OPRI-
MIDOS NO MUNDO TODO. É PRECISO RESPONDER COM
O PROGRAMA DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA!

O capitalismo atravessa a mais longa e profunda crise mundial do pós-guerra. Trata-se da manifestação de suas leis estruturais, históricas. As forças produtivas altamente desenvolvidas estão em choque aberto com as relações de produção e com as fronteiras nacionais. A burguesia não tem outra via para enfrentar a crise de superprodução a não ser destruindo massivamente parte das forças produtivas. O que se faz por meio das medidas recessivas e de proteção aos lucros. Os EUA ameaçam o globo com o seu protecionismo agressivo. Amplia-se o saque das nações oprimidas pelas potências imperialistas. As demis-

sões em massa e alta do desemprego indicam o grau do estancamento e da destruição de forças produtivas. As guerras, por sua vez, indicam o impulso das tendências bélicas criadas e fomentadas pelas disputas territoriais. É o que explica a função das guerras na etapa imperialista do capitalismo.

Desde 2008, quando eclodiu a crise a partir dos Estados Unidos, a classe operária, as massas exploradas e as nações oprimidas vêm se confrontando com a desintegração do capitalismo mundial, cujo resultado é o da ampliação da barbárie social. Os explorados têm recorrido, como podem, à luta. Greves, manifestações, bloqueios e enfrentamentos com a polícia ocorrem em toda a parte. Defendem os empregos, os salários, direitos e conquistas sociais. A contundente greve geral de 25 de setembro na Argentina foi um marco da intervenção dos trabalhadores diante das medidas pró-imperialistas.

A queda e a recessão nas economias latino-americanas golpearam os governos que encarnavam o nacionalismo, o pseudonacionalismo e o reformismo pequeno burguês. Nesse caso particular, ressalta a gigantesca dívida pública e o parasitismo financeiro. O governo bonapartista de Maduro na Venezuela está acuado pela oposição reacionária, pela ofensiva norte-americana e pelos seus sequazes encastelados no Mercosul, tendo à frente a aliança entre o governo golpista do Brasil e o governo eleito da Argentina. A escalada inflacionária compromete as condições de existência das massas venezuelanas e o drama dos refugiados venezuelanos em Roraima prossegue. Na Bolívia, a oposição burguesa comparece grandemente enfraquecida e o governo Evo vem se chocando quase que diariamente com os movimentos fabris, indígenas e da pequena burguesia urbana.

Certamente, a luta de classes ainda está aquém das necessidades dos explorados diante do processo de desintegração capitalista. Mas isso tem a ver com a crise de direção revolucionária e com o bloqueio imposto pelos po-

derosos aparatos sindicais burocratizados. Haja vista a urgência de unir a classe operária e demais oprimidos para responder à política colonialista das potências, a questão dos imigrantes e a emergência das tendências fascistas no seio da burguesia e da pequena-burguesia.

É fundamental a crítica ao nacionalismo burguês e ao nacional-reformismo, revelando o seu caráter de classe para os explorados. Mas, igualmente, é fundamental rechaçar a ofensiva do imperialismo e de toda ingerência externa da burguesia servil latino-americana. A via para desenvolver a luta independente dos explorados e a sua estratégia própria de poder é a de organizar a luta a partir de suas necessidades fundamentais e trabalhar pela organização da frente única anti-imperialista. A defesa da independência nacional e da autodeterminação dos povos é parte essencial da luta contra os próprios governos nacionalistas decadentes e o imperialismo.

Nossas propostas:

- Enfrentar o avanço da barbárie capitalista e das tendências fascistas com os métodos da luta de classes;
- Pela autodeterminação dos povos;
- Pela unidade das massas oprimidas através do método da ação direta;
- Em defesa das reivindicações mais sentidas das massas. Realizar a ponte entre estas e o programa estratégico de destruição do capitalismo pela via da revolução proletária e construção do socialismo.

Conjuntura Nacional

PERMANECE A TAREFA DE DEFESA DA INDEPENDÊNCIA DE CLASSE DOS EXPLORADOS

A crise econômica segue golpeando o Brasil, condicionando o curso da persistente crise política. O fim da transição da ditadura civil de Temer e sua substituição por um governo eleito é parte do golpe de Estado. Somente não se sabia que força política sairia vencedora no pleito. Espera-

va-se que a frente partidária (PSDB, MDB, DEM, principalmente), que promoveu o impeachment de Dilma Rousseff, parisse o novo presidente da República. A instabilidade político-econômica, que manteve o governo de Temer constantemente abalado, criou uma situação inesperada.

A candidatura de centro-direita de Geraldo Alckmin, PSDB, naufragou, já no início da campanha eleitoral. Esse era o homem de preferência da burguesia e do imperialismo. Ergueu-se como um meteoro a candidatura da ultradireita fascizante, de Jair Bolsonaro, PSL. Também surpreendentemente instalou-se uma polarização com o impulso da candidatura de Fernando Haddad, PT. Entre Bolsonaro e Haddad, ficou espremida a candidatura de Ciro Gomes, PDT. A dramatizada disputa final entre esses dois polos da política burguesa arrastou as massas, que se dividiram, sem se darem conta de que o fundamental estava em pé: o imperativo do novo governo de continuar atacando os explorados e protegendo o capital financeiro.

As eleições, não apenas colocaram o País diante de duas variantes distintas de política burguesa, como também se realizaram condicionadas a medidas antinacionais e anti-populares que o novo governo terá de tomar, seja o governo liberal direitista de Bolsonaro, ou o pseudo-reformista de Haddad. Concretamente, a possibilidade de vitória da ultradireita é infinitamente maior. Essa previsão é que determina as tarefas e a tática antecipadamente colocadas. É preciso que o movimento operário, popular e estudantil se coloque desde já pelo enfrentamento com o governo de Bolsonaro.

Não se pode ter dúvida de que nenhuma variante da política burguesa, por mais democrática que seja, enfrentará conseqüentemente as tendências totalitárias da burguesia, que se movem nessa direção devido à contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, bem como entre essas e as fronteiras nacionais. A impotência da política democratizante se converte, inevitavelmente, em fator favorável a tais tendências.

A eleição do novo presidente não mudará o curso de ataque dos capitalistas às condições de existência dos trabalhadores. Haddad já capitulou diante das pressões da burguesia, que passou a exigir maior clareza em seu programa econômico. Uma das condições é a de manter o chamado “ajuste fiscal”. Em outras palavras, garantir a gigantesca soma em juros da dívida pública. Basta o aceno do candidato do PT de que fará uma reforma da previdência para se ter a traição antecipadamente anunciada. Bolsonaro não esconde que seu governo aprofundará o entreguismo e ampliará o sacrifício da maioria oprimida, para atender às exigências do capital financeiro. É contra esse governo, provavelmente, que as massas terão de lutar. Para isso, terá de se libertar da política de conciliação de classes e das travas da burocracia sindical. Terá, portanto, de passar por cima do PT e aliados, marchando em direção à construção do partido da revolução proletária.

Nossas propostas:

- Enfrentar a direitização da política burguesa com a política independente da classe operária;
- Nenhuma ilusão nas eleições! Em defesa do voto nulo pela construção do partido revolucionário;
- Erguer os comitês de combate, que sirvam de canal de luta dos explorados e da juventude;
- Pôr em pé uma frente única anticapitalista e anti-imperialista, que servirá para combater qualquer um dos dois governos que se eleja, e que estarão submetidos aos interesses e ditames do capital financeiro;
- Lutar sob a estratégia do governo operário e camponês, produto da revolução proletária.

Sindical

ENFRENTAR A CRISE DE DIREÇÃO COM O PROGRAMA DE LUTA ANTICAPITALISTA E INTERNACIONALISTA

A análise da política sindical deve partir do contexto de crise profunda de direção revolucionária no mundo, que

tem sua origem na liquidação do III Internacional (Partido mundial da revolução socialista) pela política do revisionismo estalinista, que tem seus desdobramentos na política reformista e centrista.

Com o agravamento da crise econômica mundial do sistema capitalista, que se arrasta no mundo desde 2008, assistimos ao esgotamento dos projetos de governos nacional-reformistas (PT no Brasil, MAS na Bolívia, FPV na Argentina, PSUV na Venezuela etc.), em função principalmente da submissão ao pagamento da gigantesca dívida pública e ao parasitismo financeiro. Ou seja, por serem incapazes de romper com o imperialismo, a grande propriedade privada e a opressão nacional.

Todos esses governos se sustentaram, reservada as particularidades da luta de classes em cada país, com o apoio da política de conciliação de classes das direções sindicais estatizadas. No Brasil, a CUT dirigida pela Articulação Sindical/PT foi o grande pilar de sustentação dos governos de Lula e Dilma, cumprindo o papel de substituir a luta de classes pela conciliação de classes.

A ausência de uma direção revolucionária no Brasil é sentida de forma mais contundente com o golpe de Estado em 2016, que colocou no poder Temer/PSDB, um governo de ditadura civil com o objetivo de aplicar as reformas antinacionais e antipopulares. Diante da tentativa de imposição da reforma Trabalhista e da lei da terceirização abriu-se uma situação de luta direta, de massa, contra os ataques e o governo de Temer. As manifestações de março e a greve geral de abril de 2017 foram um primeiro impulso nesse sentido. As frações da burocracia sindical, pró-Temer e anti-Temer, acabaram por desviar o curso da luta direta e contê-la nos limites da institucionalidade. O que quer dizer nos limites ditados pelo Congresso Nacional golpista e pelo próprio governo.

A política de conciliação de classes se refletiu no 1º de maio/2017, quando as burocracias se colocaram pelas festividades. A caricatura das manifestações nacionais de

30 de junho refletiu, de um lado, a negociata da Força Sindical e UGT com o governo, e de outro, o oposicionismo burguês da CUT /SINPEEM e aliados estampado na bandeira de “Fora Temer”, “Diretas já” e “Lula presidente”. Já não importava para as burocracias a tarefa de derrubar as reformas pela via da greve geral. A consequência foi a aprovação e atual aplicação sem resistência da Reforma Trabalhista, da terceirização e da Lei do Teto de gastos públicos.

A ausência de uma direção revolucionária no interior dos sindicatos e centrais sindicais tem sido o grande obstáculo para o avanço da luta de classes, que comparece de forma instintiva diante da desintegração capitalista, a exemplo da greve geral de 28 de abril/2017, mas que é quebrada pelas direções burocratizadas que estão a frente dos principais sindicatos e centrais.

O processo de burocratização e estatização dos sindicatos: o corporativismo e o divisionismo

O processo de burocratização e estatização dos sindicatos e centrais se dá por meio da formação de uma casta sindical que, ao chegar a direção das entidades de massa, se submetem aos interesses gerais da burguesia em troca da satisfação de seus interesses individuais e de casta (carreirismo eleitoral e benesses econômicas). Esse fenômeno ocorre quando os sindicatos perdem sua independência, deixam de desenvolver a luta em defesa das reivindicações e com os métodos da ação direta dos explorados e passam a aceitar a política dos capitalistas e de seus governos. São, assim, dirigidos por burocracias pró-capitalistas que se transformam em agentes do governo nas organizações.

Neste sentido, a burocracia sindical tem cumprido fielmente as diretrizes da burguesia para conter as lutas, por meio do divisionismo, que se manifesta primeiramente por meio da sustentação de uma política corporativista, responsável pela proliferação de sindicatos de categorias que se assentam meramente em reivindicações específicas e

imediatistas alimentando as divisões nas lutas. Estas divisões tem atingido um patamar cada vez maior, a ponto de dentro de um mesmo setor, como a Educação, por exemplo, ter diversas entidades sindicais, como na cidade de São Paulo, onde temos só na Educação cinco entidades sindicais (SINPEEM, APROFEM, SINESP, SEDIN e SIND-SEP), isso sem mencionar as divisões dentro do funcionalismo público como um todo.

Contudo, o fenômeno do divisionismo tem se ampliado para além da política corporativista, se manifestado também por uma disputa meramente aparelhista, com a criação de novos aparelhos sindicais por meio de rupturas no interior dos sindicatos e centrais. Rupturas promovidas entre as burocracias sindicais, a exemplo da formação da Força Sindical e UGT, mas também por setores de esquerda (PSOL e PSTU), que ao invés de formar uma fração revolucionária contra a burocratização da CUT romperam e formaram um novo aparelho sindical, como ocorreu com a formação da Intersindical e CSP-Conlutas. Essas divisões fragilizam ainda mais a luta de classes, favorecendo as negociações entre os governos e burocracias sindicais.

A **Corrente Proletária na Educação** defende a organização de frações revolucionárias no interior dos sindicatos e centrais para varrer a burocracia de sua direção e reestabelecer a democracia operária e a independência da classe frente aos governos e patrões. A tarefa fundamental é a de recuperar as organizações sindicais, o que significa lutar pela independência combatendo a burocratização e estatização. Contra a fragmentação, coloca-se a necessidade de lutar pela bandeira de uma única central sindical.

O pacifismo e o eleitoralismo

A consequência mais nefasta da crise de direção revolucionária é a projeção cada vez maior do pacifismo e eleitoralismo no seio do movimento sindical. A casta burocrática que dirige as entidades sindicais garante o cenário perfeito para o imobilismo, sustentado pelo corporativismo

e divisionismo conduzindo as lutas de forma isolada para as negociações e a pressão parlamentar.

Burocracias de direita e de esquerda terminam por alimentar as ilusões na democracia burguesa, se opondo à ação direta das massas e canalizando as lutas para as disputas em torno do parlamento burguês. Um exemplo concreto esteve presente na greve deste ano contra o Sampaprev, em que por um lado esteve presente a disposição de luta da categoria, mas de outro as direções buscaram conter o avanço dos métodos da ação direta (bloqueios de rua, ocupações...) levando a categoria a confiar em uma proposta de conciliação com os parlamentares que acabou por encerrar a greve com uma conquista parcial, de retirada momentânea do projeto de reforma da previdência em âmbito municipal.

A **Corrente proletária na Educação** coloca a necessidade de constituir as frentes de combate sindicais em defesa das reivindicações mais elementares dos explorados e a frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária, por meio da democracia operária, da independência política e organizativa e dos métodos da ação direta.

Nossas propostas:

- Estabilidade a todos os trabalhadores, readmissão dos contratados;
- Pela revogação de todas as reformas antinacionais e antipopulares, nenhuma retirada de direitos;
- Salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste e escala móvel das horas de trabalho;
- Defesa do método da ação direta;
- Constituir a frente única sindical nacional, em defesa das reivindicações das massas.

Balanco da greve de 2018 e próximos passos

A UNIDADE GREVISTA DO FUNCIONALISMO E AS MANIFESTAÇÕES GIGANTESCAS DERROTARAM DORIA/PSDB

No início do ano construímos uma das greves mais importantes da história dos municipais. Uma greve massiva e combativa. A categoria mostrou uma enorme disposição de luta e resistência. Embora não tenhamos atingido o objetivo inicial, que era o da retirada do PL 621 (Sampaprev), o governo Dória/PSDB sofreu uma de suas maiores derrotas políticas. Não conseguiu implementar o seu principal projeto de governo: a privatização e a destruição da previdência do servidor público municipal, além do confisco salarial.

Essa greve foi marcada por duas proposições contraditórias: a burocracia sindical e a expressão combativa da base. A burocracia sindical direcionou a greve para o viés parlamentar e arregimentou todo seu calendário para isso. Em contrapartida a isso a base se mostrou radicalizada desde o início, enfrentando, inclusive, a truculência do governo que, no dia 14/03, jogou bombas de gás lacrimogênio e utilizou violência física.

A Corrente Proletária colocou, desde os seus primeiros boletins e intervenções, que o movimento deveria se descolar do calendário do governo e assumir a luta no terreno próprio dos explorados: a luta pelo método da ação direta, com greve, manifestações, bloqueios e ocupações. Colocou desde o primeiro dia de greve a necessidade de uma luta classista e independente em defesa dos direitos, salários, empregos e condições de vida. Teve uma atuação muito importante: atuou intensivamente nos comandos, conversando com a base e comunidade e assim fortaleceu ainda mais o movimento. Colocou o tempo todo que era necessária uma ação mais contundente das centrais sindicais para que pudéssemos retomar o dia 28/04/17, colocando em pé a greve geral. A luta reivindicatória do servidor municipal é reflexo da crise estrutural do capitalismo e, portanto, é reivindicação de todo trabalhador.

É evidente que, passado esse período eleitoral, os governos terão a missão de aprovar as reformas. É isso que o capital financeiro exige. A reforma trabalhista, a lei da

terceirização e a lei do teto de gastos já foram aprovados. Não podemos ter nenhuma ilusão no parlamento burguês! Votam de acordo com seus interesses e do capital financeiro. É preciso retomar o movimento para consolidar a greve geral, para que todos os explorados ocupem as ruas e protestem contra os patrões!

Educacional

A RAIZ DA CRISE EDUCACIONAL SE ENCONTRA NO CAPITALISMO APODRECIDO

A falência da educação brasileira é evidente a todos. Não há condições para aprender e nem para ensinar. Os problemas sociais penetram a escola e determinam os seus limites. Segundo o Inep, 55% dos alunos aos 8 anos de idade e próximos aos 9 não estão plenamente alfabetizados. Os professores têm de lidar com um enorme entulho burocrático (no caso da rede municipal de São Paulo, concentrado no SGP), que não passa de energia desperdiçada para atender à exigência da burocracia estatal, que em nada contribui para o desenvolvimento educativo em si. As jornadas são estafantes, e os salários, baixos. O acúmulo de cargos e turnos, que destrói física e intelectualmente a força de trabalho, é uma realidade penosa para muitos. Pesam ainda, sobre os professores e funcionários, vários problemas, como a falta de recursos, o autoritarismo, perseguições, o adoecimento e a violência.

Em uma parcela considerável das escolas, sequer se encontra a infraestrutura mínima. Quem atua desde o chão-de-escola sabe o quanto os profissionais se desdobram para driblar a insuficiência de material básico (sulfite, luvas, lenços etc.). Isso, sem contar a falta de espaço adequado para o atendimento, o excesso de crianças por turma, a ausência de apoio para o atendimento aos estudantes com deficiência, entre muitos outros problemas. A condição de vida da maioria dos estudantes do país também é precária. Fazem parte da realidade deles a miséria, a fome, a violência e mais uma miríade de mazelas.

E como os governos respondem a esse quadro geral de falência do ensino? Respondem com uma campanha cínica e suja de responsabilização dos trabalhadores em educação e, em cima disso, lançam suas promessas demagógicas de “modernização” do sistema educacional. Fala-se da “falta de capacitação dos educadores”, frase quase sempre acompanhada de “recomendações” (na verdade, mais imposições burocráticas com caráter punitivo) para que se instituíam os chamados “programas de formação”, voltados ao objetivo de “tornar as aulas mais interessantes e dinâmicas”, capazes de resgatar “o interesse de alunos com risco de evasão e/ou reprovação por nota”. Isto é, entende-se que os professores precisam aprender a dar aula, como se fosse esse o problema.

Esse rol de justificativas, entretanto, não leva em conta uma série de fatores relacionados às condições de trabalho dos docentes e funcionários de escola, e acaba servindo para ocultar as raízes mais profundas do problema. As tais propostas de “modernização”, que são recorrentes e comparam sempre como panaceias, divulgadas com grande estardalhaço, na verdade, acabam servindo tão somente para mascarar medidas de ataque sobre a educação. É o caso das reformas antinacionais e antipopulares do governo de ditadura civil de Temer, com a Lei do Teto dos gastos, a reforma do ensino médio e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular). São medidas que, ao contrário de mitigar o problema da falência educacional, acabam por reforçá-la.

Para a **Corrente Proletária na Educação**, a raiz dos grandes problemas educacionais se encontra no capitalismo apodrecido. Partimos da compreensão de que sob qualquer governo burguês, a educação estará submetida à marcha da desintegração capitalista e ao crescimento da barbárie social. As correntes nacional-reformistas alimentam a ilusão de que é possível uma “escola pública de qualidade social” para toda a população. E submetem os sindicatos a essa visão utópica de que bastam governos

e parlamentares “comprometidos” para que a escola pública deixe de ser sucateada. Ao invés da defesa da independência de classe para impor as reivindicações que de fato protegem a escola pública da ação privatizante dos governantes, o movimento sindical passou a reproduzir o postulado reformista de “escola de qualidade social” nos marcos do capitalismo e da coexistência entre o ensino público e o privado.

Porém, não se trata de uma crise de falta de verbas, nem de gestão. Certamente que os orçamentos são reduzidos e a administração ineficaz e corrupta. Sua decadência se encontra na impossibilidade de um amplo desenvolvimento científico, dada a contradição entre as potencialidades das forças produtivas e as relações de produção assentadas na propriedade privada. Está aí por que as reformas governamentais para a educação são impregnadas de concepções subjetivistas e reacionárias, que acabam acentuando o seu caráter seletivo, obscurantista, concorrencial, sob a máscara das “competências”, dos “currículos formativos”. Ao contrário, a Corrente Proletária na Educação tem como ponto de partida a luta pelas reivindicações que unificam os professores com o conjunto dos explorados, mas não a separa da luta estratégica para pôr fim ao capitalismo, raiz da decomposição da educação.

Nossas propostas:

- Em defesa da escola vinculada à produção social;
- Nenhum jovem fora da escola: 4h de estudo e 4h na produção;
- Expropriação de toda a rede privada de educação, sob controle de quem estuda e trabalha;
- Fim da política de privatização da Educação Infantil;
- Financiamento integral da educação pelo Estado, atendendo a todas as suas necessidades;
- Lutar contra todas as medidas de precarização e pela garantia das condições de trabalho e estudo nas escolas.

Opressões

A OPRESSÃO SOBRE AS MULHERES, NEGROS E HOMOSSEXUAIS É DE CLASSE

O capitalismo em decomposição potencia a barbárie social. Não tem como desenvolver de conjunto as forças produtivas mundiais. De crise em crise, volta-se violentamente contra a vida dos explorados, tanto nos países de economia avançada quanto nos de atrasada. A burguesia dos países submetidos à exploração e opressão imperialista impõe à classe operária, aos camponeses e aos indígenas severas condições de pobreza e miséria. A classe média não escapa à erosão social, uma vez que faz parte da maioria oprimida. Nestes países, se intensifica a opressão racial, nacional, sobre mulheres e homossexuais. Nos imperialistas, a burguesia monopolista vem impondo sérios retrocessos a antigas conquistas do proletariado e das massas em geral. Esta aí por que se retomam com força as discriminações raciais, religiosas e xenófobas. A crise da imigração na Europa e nos Estados Unidos expõe a barbárie social à luz do dia no berço da civilização capitalista e nas mais ricas potências. As várias manifestações da opressão têm um fundo comum – o regime capitalista de produção e distribuição em sua etapa imperialista de decomposição.

Na atual fase de decomposição da sociedade capitalista, todo o peso da crise é jogado sobre os oprimidos, o que agudiza ainda mais o choque entre as classes. Toda forma de opressão tem como raiz a sociedade capitalista, colocando uma minoria de exploradores em choque com a grande maioria explorada. A tarefa a cumprir consiste em estabelecer a relação entre todas as formas particulares de opressão, demonstrar seu conteúdo de classe e unificar os oprimidos sob o programa revolucionário. É necessário que o sindicato assuma o programa de reivindicações dos negros, das mulheres e LGBTTs como parte do programa de reivindicações da classe operária. É preciso ter claro que somente através da luta de classes se imporão as rei-

vindicações. A resposta parte das reivindicações específicas de proteção e de combate às discriminações, fazendo a ponte com a luta pelo socialismo.

O POR tem em seu programa um conjunto de reivindicações que responde às opressões. É extraído da condição objetiva de exploração do trabalho e da situação vivida pela maioria. A luta por elas permitirá desenvolver a política revolucionária e diferenciar as legítimas aspirações de classe oprimida daquelas que servem aos interesses dos capitalistas. As reivindicações que, por ventura, conflitam com o programa partidário, mas que empurrem setores da classe média a se chocar com o Estado burguês, devem ser apoiadas com a devida clareza do seu caráter de classe. Há direitos burgueses que são vedados a setores oprimidos da sociedade. Sempre que identificados servem à luta da classe operária, que luta não apenas pela sua emancipação, mas também pela de todos os oprimidos.

Portanto, a opressão sobre as mulheres, negros e LGBTQTs é de classe. Somente a unidade dos oprimidos, em torno da bandeira de destruição da sociedade capitalista, através da revolução social poderá por fim às chagas do capitalismo putrefato. Por isso, a Corrente Proletária na Educação defende uma plataforma de reivindicações que vincula a luta pela emancipação dos oprimidos com a luta contra a sociedade de classes.

Nossas propostas:

Reivindicações gerais:

- Trabalho a todas as mulheres, negros e homossexuais. Aplicação da escala móvel das horas de trabalho. Fim do trabalho informal. Fim da terceirização e efetivação de todos;
- Trabalho igual, salário igual;
- Salário mínimo vital, que cubra as necessidades da família;
- Fim de todas as leis discricionárias.

Reivindicações particulares:

- Que as massas femininas sejam integradas na produção social;
- Que se elimine toda a discriminação social da mulher. Igualdade entre homens e mulheres;
- Que se reconheça a função social da maternidade. Proteção à mulher-mãe e à infância. Implantação de leis trabalhistas que protejam sua saúde e as funções naturais da maternidade. Constituição de uma rede de proteção à mulher, que garanta medidas práticas como creches, lavanderias e refeitórios públicos, etc.;
- Que se garanta o direito ao aborto. Fim das leis repressivas. Que o Estado se responsabilize pela saúde da mulher;
- Que se elimine toda a discriminação sobre os negros. Total igualdade entre negros e brancos;
- Fim da violência estatal, policial, contras os negros;
- Apoio às reivindicações democráticas que se contrapõem à discriminação aos homossexuais;
- Responsabilização do Estado pelo ódio obscurantista aos homossexuais e pela violência sofrida. Direito de livre manifestação do amor homossexual.

Quadro de Apoio

Organizar o Quadro de Apoio com o método da ação direta. Nenhuma ilusão no parlamento burguês

Os trabalhadores do Quadro de Apoio são os mais afetados pela política de sucateamento da escola pública municipal. São vários os fatores que contribuem para isso, dentre eles:

1. Redução drástica no número de ATE's que, juntamente com a diminuição do módulo de professores, favorece o caos nas escolas ampliando a sobrecarga de trabalho. Isso é a causa direta das doenças frequentes que recai sobre os trabalhadores da QA;
2. A manutenção dos salários miseráveis, fruto das mudanças na lei de evolução, como a 14.660, que não con-

tribuiu em nada para melhorar suas condições salariais. Soma-se a isso, a demora do governo em pagar as primeiras evoluções, que somente foram conquistadas após a greve deste ano, com o claro objetivo de dividir o movimento. Outro fator grave é o obstáculo criado ao implantar o interstício de 3 a 6 anos, para haver uma evolução. Obstáculo que serve apenas para penalizar os trabalhadores, não permitindo que tenham um salário compatível com suas necessidades. Estima-se que, para um ATE conquistar um piso miserável de R\$ 3.752,27, deverá trabalhar 40 anos.

Por isso, a Corrente Proletária defende sistematicamente, que não é através de um plano de carreira que se conquistará melhoria salarial. É preciso a organização coletiva para defender um salário que permita a manutenção de si e de sua família. Defendemos o Salário Mínimo Vital como o valor mínimo que um trabalhador deve receber. Para tanto, é necessário que o QAE decida em assembleia qual é valor do piso salarial justo.

O PL 557/18, apresentado pelo vereador Cláudio Fonseca/PPS, não solucionará este problema. Até porque, a proposta de modificação da evolução na carreira, independente de seu índice, se perderá no baixo valor do piso salarial vigente. Manter o debate restrito a quatro paredes da Câmara de Vereadores é um erro. Somente a luta grevista, em unidade com os demais trabalhadores, poderá arrancar as reivindicações elementares dos trabalhadores do QAE.

O POR/Corrente Proletária participa nos sindicatos estatizados, para lutar contra a burocratização, para garantir o debate sobre as reivindicações, o método de luta e a necessidade da unidade na base e na direção com independência de classe, com total independência dos partidos e governos burgueses. Coloca a importância da unidade entre todas as entidades sindicais para fortalecer a luta; a importância do rechaço ao eleitoralismo; a defesa de uma política proletária no interior da Unidade de Oposição do

Sinpeem; a importância da construção de frações revolucionárias no seio dos sindicatos e centrais; construção de comitês de luta nos bairros.

Nossas Propostas:

- Em defesa do método da ação direta;
- Nenhuma ilusão no parlamento burguês;
- Unidade do com demais trabalhadores em luta. Pela independência de classe;
- Rechaçar o eleitoralismo;
- Construir as frações revolucionárias no Sinpeem.

Manifesto sobre a eleição do dia 16/10/18 A luta proletária contra a ascensão da direita fascistizante

A classe operária, os demais explorados e a juventude oprimida vão sair organizados, após as eleições, para enfrentar o governo da ultradireita? Absolutamente, não! Essa é a constatação que exige resposta e explicação.

A maior probabilidade é a de Bolsonaro ser eleito. A arregimentação da maior parte da população em favor de sua candidatura se confirmou no primeiro turno. Está mantida no segundo. Essa tendência se definiu não por acaso. O fracasso do governo petista diante da crise econômica, as demissões em massa e sua incapacidade para enfrentar o golpe de Estado foram fatores decisivos, apesar de não serem os únicos. Não se pode passar uma borracha nessa responsabilidade. No entanto, a não ser a alta classe média, as suas demais camadas baixas, incluindo uma parte da classe operária, votaram e vão votar em Bolsonaro. Não porque expressam uma tendência fascistizante. Votaram em Bolsonaro desencantadas com a política do PT e com os escândalos de corrupção. Passadas as eleições, vão se chocar com as medidas antinacionais e antipopulares do novo governo.

É necessário preparar, desde já, a luta contra esse governo com o programa de reivindicações, organização in-

dependente, método de luta próprio e tática de frente única. É preciso ter claro que os explorados sairão divididos. Uma grande parcela estará, inicialmente, sob a tutela do governo eleito. Os aparatos que promoveram a candidatura de Bolsonaro – um dos principais foram as igrejas evangélicas – manterão os oprimidos cercados ideológica e politicamente.

Em contraposição, há que se realizar um amplo trabalho de unificação dos explorados por meio de respostas, passo a passo, às medidas antinacionais e antipopulares, bem como às ações fascizantes. A polarização eleitoral burguesa deverá ser superada pela polarização de classe entre explorados e exploradores, entre as medidas do novo governo e o programa de reivindicações da maioria oprimida. Sem dúvida, as reivindicações democráticas - que não se confundem com a defesa estratégica da democracia burguesa, como fazem os reformistas - ganharão importância diante do fortalecimento das tendências ditatoriais.

É imprescindível convocar os explorados a votar em Haddad? O Partido Operário Revolucionário (POR) defendeu o voto nulo no primeiro turno. E mantém essa posição no segundo turno. Está aí o motivo da pergunta e da resposta. As esquerdas, que tinham suas candidaturas próprias (PSOL e PSTU) e os candidatos de partidos burgueses (PDT e PSB), declararam-se por Haddad em nome do antifascismo. Caso a candidatura do PT/PCdoB se erguesse como um canal de combate da classe operária e dos demais explorados às tendências ditatoriais e Haddad o refletisse em confronto com a burguesia, estaríamos obrigados a chamar o voto no petista. Já no primeiro turno, era obrigação das esquerdas retirarem suas candidaturas e se declararem pró Haddad, uma vez que as pesquisas indicavam uma possível vitória do direitista no primeiro turno.

A candidatura do PT, porém, não se coloca como instrumento da luta de classes contra as tendências ditatoriais da burguesia. Comparece diante dos explorados com a bandeira de pacificação, contra a violência e o ódio. Esva-

zia o conteúdo de classe dos métodos da violência policial e militar, apregoada por Bolsonaro. Ao invés de convocar os explorados a se erguerem pela via do combate, convoca-os a confiar na democracia burguesa e na política pacifista, componentes da política de conciliação de classes. E promete a setores capitalistas buscar a reconciliação nacional. Essa posição não possibilita dar sequer um passo de organização das massas contra o avanço da reação.

Uma tendência fascista não se circunscreve à procura de instalar tão-somente um governo ditatorial, que exerça a política militar-policial contra os movimentos, as greves, as ocupações de terra e os partidos adversários do regime, sem que precise arrancar a máscara da democracia parlamentar. Vai muito além desse tipo de governo, que não tem capacidade de destruir as organizações operárias, camponesas, populares e estudantis. Um governo fascista se impõe com os métodos da guerra civil. Tudo indica que a via do fascismo ainda não se coloca como condição para a burguesia governar. Mas a de um governo ditatorial, sim. Esse passo, certamente, fortalece as posições fascizantes do capital financeiro. O seu avanço ou retrocesso, no entanto, depende da passividade ou da projeção da classe operária em defesa de seu programa. A conquista da independência política e a libertação da política de colaboração de classes, que aplaina o caminho para o regime ditatorial nas condições de profunda crise econômica e social, são imprescindíveis no combate ao governo ditatorial e à fascistização do País.

Haddad caminha no sentido contrário a esse combate. Decidiu mudar a linha de campanha acenando para um setor da burguesia. Tudo indica que a direção do PT resolveu jogar suas últimas cartas, ao custo de exortar o apoio de uma ala do PSDB, na figura de Fernando Henrique Cardoso. Admitiu fazer uma reforma da previdência. Por sua vez, a tentativa de aproximação com Joaquim Barbosa, ex-ministro do STF, algoz do PT no processo do “mensalão”, é uma forma de Haddad acenar à burguesia que fará um

governo mais serviçal do que o de Lula e Dilma. Aceitou abandonar a bandeira de Constituinte, com a qual se colocava por uma “reforma política”. E aboliu da campanha a figura de Lula, desvencilhando-se da acusação de que lhe daria um indulto.

Esse movimento de Haddad em direção à política burguesa de centro-direita expressa o desespero diante do deslocamento da maioria da população ao candidato da direita fascistizante. Socorre-se de uma fração dos partidos que deram o golpe de Estado e abriram caminho para a candidatura de Bolsonaro. Essa diretriz de conciliação com uma parcela de golpistas expõe a incapacidade do PT de reagir ao avanço da direita burguesa. Mas não há nada mais grave que a campanha pacifista diante do avanço do movimento da direita militarista. É com essa bandeira que se volta a setores da burguesia, da classe média e de representantes do aparato do Estado.

A constituição de “comitês antifascistas e de defesa da democracia”, convocados pelo PT e pelas esquerdas, são comitês eleitorais. Terminada a disputa, serão desativados. Ao contrário, a situação exige a formação de organizações de base, que sustentem a frente única contra todo tipo de ataque da burguesia e de seus governos à vida das massas. No movimento contra a ditadura civil de Temer e a aprovação das reformas da previdência e trabalhista, surgiram os comitês de ação e de organização da greve geral. Foram desativados em função das eleições. Há que retomá-los. Essa é a tarefa que se coloca desde já diante do governo eleito. Uma de suas primeiras medidas será a de recolocar a reforma da previdência e estabelecer um plano de ataque em toda linha aos explorados. Está posto, desde já, reaver o movimento que culminou com a greve geral de 28 de abril do ano passado.

Inicialmente, os explorados estarão divididos pela polarização eleitoral. Logo, porém, sentirão o peso do desemprego, do subemprego, da queda salarial, do aumento da pobreza e da miséria. É dever da vanguarda revolucionária

de trabalhar pela superação da divisão por meio das reivindicações, das respostas aos novos ataques, da frente única, da democracia operária e do combate unitário. O enfrentamento ao governo ditatorial e à fascistização se dará com o proletariado em luta e organizado no campo da independência de classe.

As camadas mais pobres da classe média têm de se aglutinar em torno ao proletariado, caso contrário poderão ser ainda mais arregimentadas pelas posições fascizantes. A camada rica da classe média continuará a sustentar a direitização da burguesia. Servirá de força de choque contra a maioria oprimida, se o proletariado continuar amarrado à política de colaboração de classes do PT, aliados e burocracias sindicais.

As bandeiras que podem servir à mobilização das massas e à retomada de sua unidade são aquelas que mais sentem no dia-a-dia. Em sua base, estão o desemprego, o subemprego, a perda salarial, a precarização dos serviços públicos, a necessidade da moradia e de terra aos camponeses pobres. A destruição de direitos trabalhistas e a implantação da terceirização vêm fermentando ódio e disposição de luta entre os assalariados, principalmente entre a classe operária fabril. A resistência das massas ao novo governo, certamente, será combatida a ferro e fogo.

Os comitês de frente única podem preparar a resistência e autodefesa das massas. A tarefa do momento é a de organizar os comitês de combate. Essa é a via que, de fato, abre caminho para a organização independente da classe operária, dos demais explorados e da juventude oprimida.

Declaração do POR aos explorados e demais oprimidos

PT, PCdoB, PSOL e PCB, principalmente, estão convocando a constituição de comitês antifascistas e pela democracia. Está claro que é eleitoreiro e uma capitulação diante da candidatura petista. Posto claramente essa condição, podemos intervir nessas reuniões com nossa posição, caso

as condições possibilitarem, e as nossas frentes acharem vantajoso para divulgar nossa linha entre a vanguarda.

Nossa linha:

- 1) De fato, as eleições expressaram a direitização da burguesia, encarnada na candidatura fascizante de Bolsonaro, e na maciça intervenção das igrejas evangélicas, bem como de poderosos grupos econômicos.
- 2) Está colocada a luta da classe operária e dos demais explorados contra o avanço da direita burguesa fascizante. Mas, não será elegendo um novo governo burguês do PT que os explorados enfrentarão as tendências autoritárias e militaristas da burguesia. É preciso ter clara a responsabilidade dos governos do PT, que governaram de acordo com os interesses gerais dos capitalistas, e sua ligação e subordinação a oligarquias regionais, especialmente do Nordeste.
- 3) Na base do avanço da ultradireita, se encontra a profunda crise econômica. Como parte da crise estrutural do capitalismo mundial, a burguesia está obrigada a atender às exigências do imperialismo, o que se converteu e se converte em quebra da economia nacional e maior desnacionalização.
- 4) Para descarregar as brutais consequências sobre os ombros da classe operária e dos demais oprimidos, a burguesia precisa de um governo que imponha pela força suas medidas antipopulares e antinacionais. Daí a direitização da política burguesa no último período.
- 5) O governo do PT não apenas permitiu que os capitalistas demitissem em massa, como aprovou criminosamente uma alteração da lei do seguro desemprego. A burocracia sindical, por sua vez, contribuiu com a implantação da flexibilização capitalista do trabalho.
- 6) O golpe de Estado que derrubou o governo de Dilma Rousseff se gestou nessas condições. A direita fascizante se potenciou com o movimento de classe média e com a paralisia da classe operária.
- 7) O PT e seus aliados se mostraram incapazes de reagir,

apoiados na luta direta do proletariado e das massas, mantendo-se sua contestação nos limites da própria democracia oligárquica que lhes cortava a cabeça. Mantiveram-se agarrados à miragem da democracia abstrata, quando concretamente isso servia às forças golpistas.

- 8) O PT ocultou que foi instalada uma ditadura civil no País. Na oposição, colocou-se pelo objetivo de constituir um novo governo pela via das eleições, o que lhe conferiria “legitimidade” pelo sufrágio popular. Eleições conduzidas pelas mesmas instituições que viabilizaram o golpe. Eleições completamente antidemocráticas.
- 9) A greve de 28 de abril do ano passado foi, em seguida, desmontada pela burocracia sindical. Assinalou ao governo preposto que não iria adiante com a luta nacional grevista. O que deixou as mãos livres do Congresso Nacional golpista para aprovar a reforma trabalhista e a lei da terceirização.
- 10) Os escândalos de corrupção não se limitaram ao PT. Atingiram o governo usurpador, o PSDB, o PMDB e uma grande parcela dos parlamentares. Tornou-se inevitável a desintegração da frente partidária golpista, diante da permanência da crise econômica, que inviabiliza uma maior unidade burguesa.
- 11) A população rechaçou em sua esmagadora maioria o governo Temer. Cresceu a aversão aos principais partidos da burguesia. Aumentou o desencanto com o PT. O que permitiu um grande deslocamento da população para a candidatura da ultradireira. Esta serviu de escoadouro para o antipetismo, no lugar das candidaturas dos partidos golpistas.
- 12) A falência da candidatura de Alckmin teve em contrapartida a afirmação da candidatura de Bolsonaro. O império das igrejas evangélicas e uma fração da burguesia se encarregaram de potenciar a candidatura fascistizante.
- 13) A possibilidade de eleição de Bolsonaro é grande. O que exige do movimento operário, popular e estudan-

til se preparar desde já para enfrentar o novo governo com as reivindicações, com a estratégia própria de poder da classe operária e com os métodos da luta de classes.

- 14) No caso mais improvável de vitória de Haddad, também devemos nos preparar desde já, porque se valerá da política de conciliação de classes para impor medidas antipopulares e antinacionais. O candidato petista já fez sinal nesse sentido, procurando se aproximar de setores burgueses e dos militares, e anunciou que fará a reforma da previdência.
- 15) Por todas essas razões, é um erro constituir comitês eleitorais em nome do enfrentamento ao fascismo e defesa da democracia abstrata (burguesa por sua natureza de classe).
- 16) Trata-se de constituir comitês de frente única, em torno a um programa de defesa dos empregos, dos salários e dos direitos trabalhistas, que estão sendo destruídos pela reforma trabalhista e pela terceirização. Esses comitês ligados à classe operária e aos demais oprimidos criarão as bases para pôr em pé uma frente única anticapitalista e anti-imperialista, que servirá para combater qualquer um dos dois governos que se eleja, e que estarão submetidos aos interesses e ditames do capital financeiro.
- 17) É imprescindível lutar contra a direita, como expressão da política burguesa. Em outras palavras, os comitês devem travar o combate contra os exploradores em geral e em particular à sua variante fascizante. A estratégia que guia seguramente a luta e desenvolve a independência dos oprimidos é a do governo operário e camponês, produto da revolução proletária.



Caixa Postal nº 630 - CEP 01059-970 - São Paulo
www.pormassas.org -- [facebook.com|massas.por](https://facebook.com/massas.por) -- [anchor.fm|por-massas](http://anchor.fm/por-massas)
